Título: VI COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA – ACTAS
Subtítulo: A Península Ibérica – um espaço em mutação
Editor: Universidade do Porto — R. D. Manuel II, 4050 PORTO, PORTUGAL. Telef. +351 2 694462 Fax. +351 2 698736
Nº: 2
Volume: I
Edição: 1ª
Localidade: Porto
País: Portugal
Mês: Maio
Ano: 1995
Nº de exemplares: 1500
© 1995, Universidade do Porto e Instituto de Geografia da Faculdade de Letras do Porto
Capa: Nazareth Rego (montagem com base na fotografia aérea em infravermelhos da ACEL, 1990)
Revisão: Grupo de Documentação do VI Colóquio Ibérico de Geografia
Tratamento de imagem: Silvano Rego
Arranjo gráfico: Silvano Rego e Fernando G. Monteiro
Fotolitos: Gráfica da Universidade do Porto
Impressão: Litogaia – Artes Gráficas, Lda
Data: Janeiro de 1996
Depósito Legal nº: 92751/95

Vol. I

Temáticas: 1. Geografia Humana e Planeamento Regional 2. Cidades e Metrópoles 3. Ruralidades 4. Dinâmicas Industriais 5. Políticas Regionais e Locais.

Vol. II

Temáticas: 1. Geografia Humana e Planeamento Regional 2. Turismo e Lazer 3. Geografia Física e Ambiente 4. Geomorfologia 5. Climatologia e Hidrologia. 6. Catástrofes Naturais e Impacte Ambiental

Vol. III

Temáticas: 1. Geografia Física e Ambiente 3. Recursos Naturais e Ordenamento do Território 4. Investigação e Ensino em Geografia

VI COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA, PORTO, 1992 – **ACTAS**

AS CAIXAS DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO NO ALGARVE – ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DA SUA ACÇÃO

LUÍS MORENO
Faculdade de Letras de Lisboa

As caixas de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM), instituições parabancárias de crédito cooperativo para o sector agrícola, têm raízes nos Celeiros Comuns criados no último quartel do século XVI e nas Misericórdias que, embora anteriores, tiveram um papel percursor do actual crédito agrícola desde o século XVIII. Nos fins do século XIX, com a extinção dos Celeiros Comuns, as evoluções das Misericórdias, a publicação das "Leis-Base" do Cooperativismo e do Associativismo Agrícola e do Código Comercial de 1888, aparecem as CCAM – a partir de 1904 – embora mudanças mais ou menos profundas de alcance e condições de actuação se venham a efectuar com medidas legislativas em 1911, 1914 e 1919. A autonomia administrativa é conseguida de 1925 a 1929, em que a existência da Caixa Geral de Crédito Agrícola a permitiu, contrapondo-se a sequente tutelagem das CCAM pela Caixa Nacional de Crédito e, após 1969, pela Caixa Geral de Depósitos, com efeitos limitantes pela concorrência no financiamento e recolha de poupanças e dando fraca importância à actividade das CCAM, salvo raras excepções.

Na prática, as CCAM funcionam como associações de agricultores e cooperativas de crédito em benefício exclusivo dos associados, procurando tirar proveito da ausência do lucro próprio dos banqueiros e intermediários do crédito, além da vantagem dos privilégios, isenções fiscais e tributárias inerentes ao estatuto de "pessoas colectivas de utilidade pública". Possuem uma área de influência ao nível do concelho ou, mais raramente, da freguesia.

Na segunda metade dos anos 70, no contexto da perspectiva de adesão à CEE, e em plena crise associada ao primeiro choque petrolífero, foram encetadas várias acções para enfrentar o mal-estar geral da agricultura portuguesa, com recurso às CCAM: a Lei nº 14/78, de 23 de Março, ratificando a criação do IFADAP[1] em 1977, consagra também as CCAM como "Instituições especiais de Crédito", agrupadas em federação nacional por iniciativa de algumas (criação da FENACAM em 1978); desde 1979 são implementadas normas no âmbito do SIFAP[2], a que as CCAM aderem em 1981, pelo que coerentemente é instituído um novo regime jurídico no ano seguinte, integrando a actividade destas instituições no regime geral das instituições de crédito, substituindo o financiamento da CGD pelo do IFADAP e permitindo estender o crédito a outras actividades essenciais ao desenvolvimento rural, além da produção agropecuária. A revisão dos estatutos – o código cooperativo e legislação complementar (Decretos-Lei 454/80 e 231/82) são adaptações coerentes às novas exigências. Em Junho de 1984, por iniciativa das CCAM individuais e da FENACAM é também criada a Caixa Central, cooperativa para crédito, compensação e obtenção de recursos, no sentido de suprir a falta de uma entidade central de garantia.

Neste contexto de rápidas e profundas mudanças, o facto de as CCAM constituírem o veículo privilegiado de atribuição de crédito subsidiado aos agricultores, integrando fundos de origem nacional e

---

1. Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas, da responsabilidade do Banco de Portugal, criado com o Decreto-Lei nº 344/77, de 19 de Agosto.
2. Sistema de Financiamento à Agricultura e Pescas.

da CEE (no âmbito das ajudas de pré-adesão) para projectos de investimento, provocou uma adesão ímpar de associados, além de depositantes (associados ou não) atraídos pelas mais elevadas taxas de juro e isenção de impostos.

No caso do Algarve, de acordo com a figura 1, apenas existiam 9 CCAM até 1977 – correspondendo a cerca de 3400 associados nesse ano – passando para 16 em 1980 (5558 associados) e 18 em 1982 (7533 associados)[3]. De acordo com PINHO (1987), o distrito de Faro (Algarve) era em 1986 o segundo, quer no número total de CCAM (depois de Viseu), quer no total de empréstimos das CCAM do país (depois de Lisboa), sendo ainda o Algarve a região em que as CCAM mais cresceram em termos gerais (depósitos, empréstimos, número de estabelecimentos, membros, etc.). A este facto não é alheio o papel indutor da CCAM de Monchique, considerada a "Alma Mater" do cooperativismo de crédito em Portugal, já que interveio na implementação do Crédito Agrícola nos distritos de Aveiro, Viseu e Guarda e na constituição de várias outras CCAM em vários distritos, incluindo grande parte das outras CCAM algarvias (sob a forma de apoio logístico, formação de funcionários e até colocação de excedentes a taxas inferiores às praticadas pela CGD). Tendo em perspectiva inicial a fundação da Caixa Regional de Crédito Agrícola Mútuo do Algarve (prevista na legislação de 1911 e 1914), e também com o empenho particular da CCAM de Monchique[4], é fundada a UNICAMA em 1978, união regional para o apoio técnico e representação das CCAM algarvias.

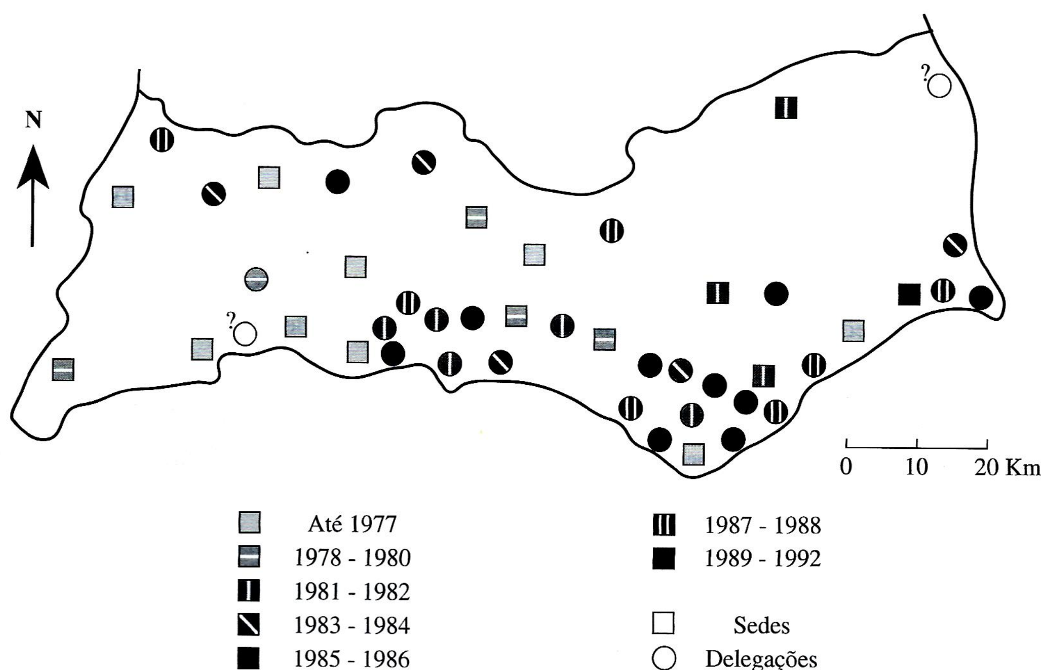


Fig. 1 – Caixas de Crédito Agrícola no Algarve

Difusão de informação e crédito agrícola.

A mobilização dos recursos financeiros locais para o investimento produtivo no mundo rural é um privilégio de domínio geral das CCAM. De facto, os bancos comerciais encontram-se menos vocacionados para actividades de alto risco e fraca e lenta recuperação do capital, envolvendo mais alguns

3. A não coincidência com o número de concelhos (16) deve-se à existência das CCAM de Alte e S. Bartolomeu de Messines, com área social circunscrita às respectivas freguesias, duplicando estas instituições nos concelhos de Loulé e Silves, embora algo oposto se venha a apresentar com a junção numa só, em 1986, das CCAM de Castro Marim e Vila Real de SantoAntónio, criadas respectivamente em 1979 e 1978.

4. Cujo director executivo veio a ser um dos principais organizadores da Caixa Central e membro da sua direcção.

agricultores ricos e/ou cosmopolitas e pluriactivos. Além disso, o conhecimento da realidade local nas áreas rurais é coerente com as razões que estão na base da constituição e sustentação das CCAM: a consciência das condições e limitações locais consolida a força anímica que leva alguns agricultores a constituírem uma forma associativa (cooperativa) – ainda que com apoios externos – cujo caso particular lhes surge como acarretando vantagens económicas evidentes, tanto mais porque acompanhadas de serviços ao agricultor menos viáveis para outras instituições.

A difusão de informação dos mass média sobre os apoios comunitários e estatais para o investimento agrícola, mais intensa desde meados dos anos 80, trouxe às CCAM a responsabilidade de assumir um papel supletivo ao do Ministério da Agricultura, na satisfação dos interesses dos associados, em número crescente. A participação do Crédito Agrícola Mútuo no capital social de várias empresas é coerente com a prestação de serviços através delas, como é o caso de seguros, viagens, elaboração de projectos e estudos de viabilidade. Essa prestação de serviços, tornada necessária no contexto de todo um conjunto articulado de meios viabilizadores do investimento positivo e consequente, teve como uma das condições a admissão de técnicos superiores com formação técnica na área agronómica (65.2% do total, hoje), o que foi a regra desde 1980. Outras formações dos técnicos superiores, para as CCAM com mais de um, são as de Economia (17.4%), Direito (13%) e Sociologia (4.3%). As CCAM sem dimensão ou possibilidade de ter o(s) técnico(s) necessário(s) puderam recorrer aos serviços da UNICAMA, para dispor de assistência periódica, mais ou menos regular, na elaboração de projectos de investimento para atribuição de crédito aos associados, bem como acompanhamento posterior dos mesmos. Contudo, a evolução da generalidade das CCAM algarvias, atingindo dimensões de escala suficientes para dispor de técnicos próprios, e o aumento da cooperação directa "inter-CCAM", além do decréscimo de agricultores solicitando os serviços técnicos locais, nos últimos anos (passada a "grande vaga"), ocasionaram diminuição da procura de serviços da UNICAMA e apontam para a sua extinção.

A intensificação dos contactos entre os agricultores e entre estes e os técnicos, induzidas pelo aumento do poder difusor de informação das CCAM (técnica agrícola, financeira e outras), é paralelo e mais ou menos proporcional à área de influência e implantação da CCAM cada vez mais à dimensão e estrutura socio-económica da massa humana de sustentação, já que o acesso à informação e ao financiamento é indicador do grau de integração do agricultor no sistema de mercado e apresenta, assim, diferenças regionais cuja importância se cruza com os vários aspectos em que se definem os desequilíbrios intra-regionais algarvios.

Assim, a figura 2 dá-nos a dimensão das CCAM em associados, em 1990, bem como o relativo incremento bienal desses apenas nos anos oitenta e biénio anterior. Em conjunto com a figura 1, que nos apresenta a "dinâmica espaço-tempo", ajuda-nos a esboçar o seguinte panorama.

Uma oposição essencial identifica, por uma lado, um Algarve marginal, infra-dotado de agricultura ou pecuária com capacidade concorrencial, testemunhado por escasso número de balcões para o crédito agrícola cooperativo, correspondente dimensão associativa modesta e fraco ou nulo apoio técnico próprio, complementar ao financeiro. Corresponde, em primeiro lugar, ao quarto algarvio do NE, que inclui a maior parte do maciço xistoso da Serra Algarvia – os relevos mais movimentados da Serra do Caldeirão e o Planalto de Alcoutim – área repulsiva de população rarefeita (4 a 12 hab/km^2), envelhecida, pobre e dominantemente analfabeta, reflectindo a herança da ausência crónica das infraestruturas, equipamentos e diversidade de recursos de outras áreas. Sofrendo também estes problemas, de forma um pouco menos marcada, embora devido (em parte) a factores naturais diferentes, deve-se mencionar o litoral ocidental, até um eixo N-S a Oeste da Serra de Monchique.

Por outro lado, temos um Algarve menos desfavorecido, em que a diversidade impera. É o

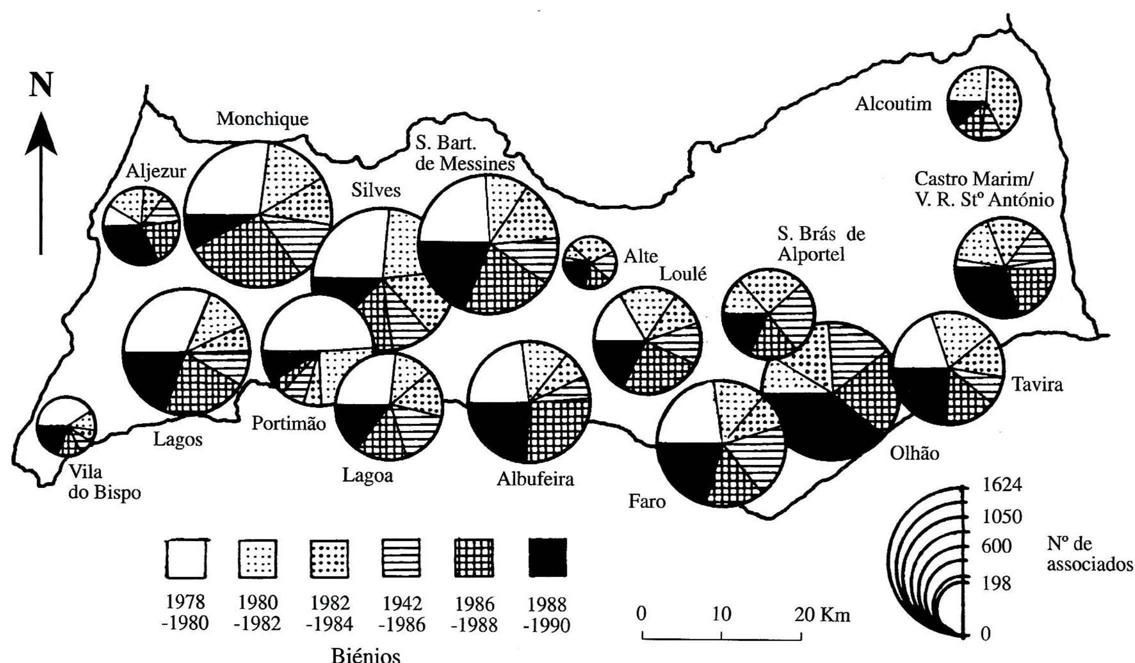


Fig. 2 – CCAM's do Algarve, nº de associados em 1990 e saldo da evolução inter-bienal

Algarve da Agricultura irrigada, em maior ou menor escala, das infraestruturas viárias essenciais. No interior, Monchique apresenta condições naturais favoráveis, embora tal não seja o caso das infraestruturas e equipamentos. A dimensão da sua CCAM deve-se à sua dinâmica particular, embora o seu potencial de crescimento seja muito reduzido na base local (saturação) – corresponde ao concelho com a maior taxa de variação demográfica negativa no Algarve, nos anos oitenta (aprox. -26%). Silves beneficia dos maiores perímetros de rega do Algarve, além da sólida implantação da sua CCAM; sendo um concelho agrícola de grande dimensão, houve lugar para um forte crescimento de uma CCAM independente na sua freguesia de S. Bartolomeu de Messines, com balcão em S. Marcos da Serra, facto favorecido pelo atravessamento das duas principais vias de acesso ao Algarve: ferroviária e rodoviária, esta desde os inícios do decénio em estudo.

No litoral, a forte concorrência inter-sectorial repercute-se no domínio de agricultores entre o absentismo e o pluri-rendimento (turismo e actividades induzidas), com reflexos numa dimensão contida das CCAM em número de associados, embora com relativo sobredimensionamento da massa de depositantes, coerente com a concentração demográfica peri-costeira.

O número de balcões, ou seja, delegações de cada CCAM, surge como resposta a essa concentração demográfica, no quadro da nova legislação que permite às CCAM competir com as demais instituições de crédito. Assim, a imposição do Banco de Portugal que põe fim à actividade dos prospectores[5], deixa no seu lugar as delegações que vão beneficiar principalmente as CCAM inseridas em meios urbanos e proximidades, já que comporta uma população mais numerosa e geralmente com melhor inserção no sistema económico. É o caso das áreas limítrofes das cidades de Faro e Olhão, com grande número de pequenas explorações em solos ricos, com culturas forçadas e irrigação intensa. Embora sem estas riquezas naturais do ponto de vista da utilização agrícola, muitas outras áreas liturais vêm nascer

[5]. Agentes ambulantes das CCAM, actuando no meio rural para a angariação de associados e cobranças.

QUADRO I

Diferença entre o número de associados admitidos por concelho e o de admitidos pelas CCAM correspondentes (1986-1990)

	1986	1987	1988	1989	1990	Som.
ALBUFEIRA	11	-5	-3	-5	-9	-11
ALCOUTIM	0	-3	-2	-3	-1	-9
ALJEZUR	-2	-6	-1	-2	-2	-13
C.MARIM+VR	2	-1	-7	-6	-6	-18
FARO	8	7	20	28	56	119
LAGOA	-11	-15	-6	-10	-19	-61
LAGOS	-2	-7	-2	-10	914	-35
LOULÉ	5	3	13	18	20	59
MONCHIQUE	-18	-20	-25	-9	0	-72
OLHÃO	-32	-6	-33	-37	-82	-190
PORTIMÃO	16	24	-23	25	13	101
S.BRÁS ALP.	-6	-2	-11	-4	-8	-31
SILVES	-17	-13	-25	-24	-23	-102
TAVIRA	14	4	16	4	25	63

QUADRO II

Nº e % de associados das residentes fora do concelho da respectiva CCAM

	Nº	%
ALBUFEIRA	169	16,1
ALCOUTIM	41	10,1
ALJEZUR	43	9,1
C.MARIM+VR	52	6,3
FARO	75	6,3
LAGOA	200	21,4
LAGOS	243	19,1
LOULÉ	55	4,9
MONCHIQUE	271	16,7
OLHÃO	359	24,3
PORTIMÃO	65	6,7
S.BRÁS ALP.	111	17,8
SILVES	404	13,1
TAVIRA	92	9,2

nas suas povoações um balcão de CCAM, como estratégia de captação de depósitos e diversificação associada à penetração concorrente na rede dos serviços bancários multi-sectoriais. São exemplo os balcões recém-surgidos ou a abrir em breve de Vila Real de Santo António, Cabanas de Tavira, Olhos de Água e Sagres.

Na área de influência que se estabelece para cada CCAM a partir da sua forma particular de implantação espacial, não há apenas concorrência com as instituições bancárias, mas também entre as próprias CCAM. Os quadros I e II permitem-nos apreender dois fenómenos paralelos e de acção complementar. Por um lado, os centros urbanos de Faro, Portimão, Loulé e Tavira, ou melhor, os respectivos concelhos, são residência de vários associados de CCAM's externas a estes concelhos, pelo menos em maior número que aqueles das próprias CCAM residentes noutros concelhos, o que é indicador satisfatório da importância destas cidades e da sua centralidade no sistema regional. Por outro lado, isso reflecte também a estratégia mais ou menos agressiva de crescimento de algumas CCAM, conseguindo assim associados suposta e potencialmente mais cosmopolitas, embora este fenómeno possa não ser muitas vezes resultante de uma acção intencional, que poderia ser interpretada como anti-ética; a multiresidência de alguns agricultores, associada por vezes ao grande afastamento de parcelas da exploração agrícola, pode justificá-lo. Em qualquer caso, a CCAM de Olhão destaca-se nitidamente, com quase 1/4 dos seus associados provenientes do exterior do concelho e contribuindo para se afirmar proximamente como a maior do Algarve. Outros casos (Lagoa, Lagos...) parecem ter uma tendência semelhante, embora em menor escala, ao passo que Monchique parece acusar uma tendência inversa.

A importância destes aspectos prende-se com o facto de as novas áreas de influência em definição passarem a ser também áreas sujeitas a novas formas ou cambiantes de informação e investimento para o agricultor, próprias de cada CCAM, em função das formas organizativas adoptadas, do tipo e frequência de contactos, de solicitações, de facilidades ou entraves às inovações e, daí, às alterações com expressão na organização do espaço agrícola e do espaço rural. A interpretação de áreas de influência é, assim, um potencial factor de "efervescência": diversidade induzida – conflito – estratégias de superação

– mudança. Só um estudo mais profundo e articulado (não cabe aqui mais que sugeri-lo) poderá permitir pesar as diferentes contribuições para a informação e investimento do agricultor. É essencial a articulação com a dinâmica encetada pelos ministérios da Agricultura, do Emprego e Segurança Social, da Educação, das diversas associações e cooperativas (muitas dinamizadas pelas CCAM), bem como a forma como se estruturam no espaço as suas acções. Também é essencial analisar os condicionamentos inerentes à cultura própria (saberes, motivações, expectativas...) e às condições de vida dos diferentes agricultores. Tudo isto, no quadro das transformações regionais induzidas pela adesão à CEE.

BILIOGRAFIA

BORRÊGA, Maria Manuela F B (1984) – "O papel do IFADAP no desenvolvimento das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo", *Tribuna do Algarve*, nº 23, Lagoa, pp. 17-20.

CAVACO, Carminda (1977) – A cooperação agrícola em Portugal: desenvolvimento e expressão geográfica, Lisboa.

GUERREIRO, João P (1987) – "O Algarve e os seus recursos naturais", *Pensamiento Iberoamericano*, nº 12, Julio-Diciembre 1987, pp. 361-379.

PINHO, Ezequiel A (1987) – *Credit Cooperatives in Southern Portugal: recent evolution and current performance*, The Ohio State University, DRAA.

SEBASTIANA, Diogo A R C (1984) – "A origem e evolução das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo", *Tribuna do Algarve*, nº 23. Lagoa, pp. 8-12.